

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E OS SEUS REBATIMENTOS NO CENÁRIO FAMILIAR: AS MARCAS HISTÓRICAS DA VIOLÊNCIA

Meire de Souza NEVES*
Ana Cristina Nassif SOARES**

RESUMO: Almeja-se com o presente artigo realizar algumas reflexões acerca da precariedade do trabalho na realidade brasileira e seus impactos no contexto familiar. Observa-se que a temática da violência, por constituir-se como um complexo social, atravessa diferentes instâncias da vida social. Neste ensaio teórico pretende-se discuti-la, correlacionando-a com a temática das famílias.

Nota-se que a situação familiar na atual conjuntura, tem sido alvo de diversas interpretações e conjecturas. O desafio consiste em apreender tal discussão pautada na realidade social, aproximando de uma perspectiva de totalidade, a qual possibilita ampliar a compreensão de que o real, por ser a síntese de várias determinações, está em constante mudança.

PALAVRAS CHAVE: trabalho. famílias e violência.

Famílias: formas de organização, trabalho e a questão da violência na sociedade brasileira

É nas tensões do vivido que tem lugar o encontro/desencontro da vida cotidiana com a vida privada, e da vida cotidiana com a história (José de Souza Martins)

Muitos são os estudos que discorrem sobre a configuração e metamorfose da família ao longo da história desde sua forma mais rudimentar até as suas transformações no tempo, ocasionadas por um conjunto de fatores de ordem histórica, social, econômica , política e cultural. Tais elementos demonstram que a discussão

* Mestranda em Serviço Social pela UNESP- Franca- SP. Membro do Grupo Família, Educação e Sociedade: perspectivas e tendências. Docente do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé-UNIFEG , e-mail: meireoracular@ig.com.br.

** Professora Doutora em Psicologia. Docente do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP-Franca . Líder do Grupo de Pesquisa “ Família e Educação :perspectivas e tendências” , e-mail: anassif@netsite.com.br.

sobre a família é desafiante e complexa, quando visualizada dentro de uma perspectiva dialética de compreensão da história como algo inacabada, em constantes mudanças, contradições e superações. Nesse sentido, a família¹ como instituição social, é constantemente afetada pelas alterações vivenciadas nas diversas sociedades, com seus respectivos valores, posicionamentos ideológicos e relações sociais, não podendo ser compreendida como uma instância neutra, estática, acabada e uniforme.

Nas análises acerca da constituição da família brasileira, é relevante considerar que a mesma contou com a participação de vários povos, os quais por meio de suas culturas, costumes e história, contribuíram para o germen da nação brasileira, favorecendo uma rica diversidade étnico-racial. Neder (2005) ao discorrer sobre a organização das famílias na realidade brasileira, demonstra essa multiplicidade, reforçando a premissa de que não há antropologicamente e historicamente um modelo padrão e regular de organização familiar pautado na herança da família patriarcal, da qual deriva a família nuclear burguesa presente na trajetória da modernidade.

Outra fonte valiosa de entendimento deste modelo de família patriarcal se encontra na obra de Gilberto Freire (1998), intitulada *Casa Grande e Senzala*. Ele elucida que este modelo esteve presente entre os séculos XVI ao XX, sendo composta principalmente pelo patriarca, sua esposa, seus filhos legítimos, englobando também os parentes, serviçais e escravos. Assim, nesse modelo de família, a figura da autoridade e do poder centrava-se no chefe de família (o patriarca) que controlava os negócios, sustentava materialmente a família, mantendo a ordem familiar, primando pela indissociabilidade do patrimônio. Já a *sinhazinha*², se caracterizava pela docilidade, mansuetude, sendo que suas atribuições eram voltadas para o espaço doméstico e submissão ao esposo.

Correa (1982) e Sâmara (1986), em suas análises acerca da família brasileira em suas particularidades regionais,

¹ Saffioti (2004) traz um oportuno comentário referente às permanências e rupturas forjadas nas relações familiares. Em suas palavras: “na família, coexistem novas e velhas relações até que as primeiras venham a ser prevalentes. (p.28)

² Denominação destinada à mulher da família patriarcal

desmistificam a idéia de que a família patriarcal foi a única forma predominante no Brasil colonial, uma vez que a mesma coexistiu com muitos outros modelos de família, estabelecendo maneiras de viver opostos ao difundidos pela elite conservadora que estava no poder. Esses dados denotam que existiram especificidades no que diz respeito às relações familiares em seus diferentes estados. Como exemplo, podemos destacar, segundo Álvares (2003), que as famílias nas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Bahia, os quais foram marcados pela mineração (extração de diamante e ouro) se contrapunham ao modelo patriarcal descrito por Freire(1998). Nas palavras das mesmas,

Essa diferença devia-se ao contexto sócio - econômico e cultural da região, que possuía um perfil urbano, pois a mineração imprimia que o funcionamento e a estruturação do Estado se regessem por normas e bases que atenderam as necessidades dessa realidade (p. 26).

O critério de renda e classe social determinou expressivamente a configuração de diferentes modos de ser família e os papéis sociais exercidos pelos integrantes da mesma. Figueiredo (2001) retrata que grande parte das mulheres mineiras pertencentes às camadas mais empobrecidas da população, trabalhavam para ajudar no sustento material, realizando atividades como costureiras, rendeiras, cozinheiras e algumas delas também compartilhavam as funções com o sexo masculino nas profissões de: alfaiataria, tecelagem e panificação. No que diz respeito à prática da mineração, as escravas participavam no processo, carregando as gamelas com pedras a serem lavadas. Outros trabalhos, como cuidar das roças, criações, lavouras agrícolas e comércio também eram exercidos por essas mulheres.

O autor coloca também que neste período, grande parte das famílias mineiras (como em outras regiões do Brasil) se constituía em uniões sem compromisso formal e oficialização da igreja, contudo o casamento entre os próprios brancos era incentivado, objetivando manter os interesses das relações colônia - metrópole para perpetuar a pureza das raças. Era freqüente a presença das crianças nos cenários familiares e as precárias condições de vida da população se faziam presente, contribuindo com o aumento das taxas de mortalidade.

Vale ressaltar que, com o surgimento e consolidação do sistema capitalista, que traz impactos na esfera econômica, social, política, cultural e ideológica, modificam-se as relações sociais favorecendo uma maior divisão de tarefas e papéis sociais exercidos pela mulher e pelo homem. Engels (1985), pautado na concepção materialista do entendimento da história, demonstra que a produção e reprodução da vida imediata são os fatores decisivos na história. Suas análises acerca da origem da família, da propriedade e do estado, constituem-se como fonte imprescindível para compreender como ocorreram modificações nas estruturas familiares com a solidificação do capitalismo, sistema esse pautado na propriedade privada dos meios de produção. Um marco decisivo para a consolidação desse novo sistema produtivo é a Revolução Industrial, que conforme salienta Soares (2001), contribuiu significativamente para revolucionar a vida das famílias, assim,

A família, efetiva e representativamente é considerada ideologicamente, a célula da sociedade, pois a reprodução humana assegurada pela família mantém as necessidades de força de trabalho industrial e de mercado. A família se torna o operário em potencial (SOARES, 2001, p.58).

Então, neste modelo de família burguesa e nuclear, o marido era considerado a maior autoridade do lar, exercendo o controle e função de provedor econômico. Já para as esposas, eram designados os cuidados com o espaço doméstico, cabendo educar seus filhos, sendo preparadas desde a infância para submissão ao marido e exercitar o papel materno.

Soibet (2001), ao analisar como viviam as mulheres pobres do Brasil e as formas de violência enfrentadas na transição do século XIX para XX, demonstra que essas exerciam atividades externas para contribuir com o sustento de suas famílias, não correspondendo às características e estereótipos atribuídos ao “sexo frágil”. Assim, as famílias das camadas populares e as mulheres pertencentes às mesmas, apresentavam configurações diferentes, da divulgada pelo ideário burguês reinante no imaginário social e, geralmente eram mais suscetíveis a todas as formas de opressão, conforme salienta a autora:

[...] as mulheres das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados as suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no mundo do trabalho, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam muito, em sua maioria não eram formalmente casadas (p. 367).

Assim, como foi brevemente aludido, as diversas realidades familiares vão sofrendo profundas interpretações e modificações de acordo com a conjuntura social. Igualmente, a partir dessas reflexões é possível perceber que as recentes transformações no quadro atual das famílias brasileiras estão intrinsecamente ligadas ao processo sócio-histórico apresentado.

Vale pontuar que, este processo de metamorfose nas organizações familiares não aconteceu de maneira “natural e pacífica”, já que a colonização³ brasileira deixou marcas expressivas de violência e que ainda se fazem presentes até os nossos dias. Neder (2004), em seus estudos sobre a configuração das famílias no Brasil, demonstra como a escravidão, aliada ao autoritarismo e à violência se constituiu como elementos determinantes nos conflitos familiares e para o desmembramento dos vínculos e identidades construídas. Em suas palavras, a escravidão⁴,

[...] tem marcado a sociedade brasileira, qualquer que for o viés interpretativo a ser adotado; e geralmente não descartam uma reflexão sobre a escravidão negra no país. Um outro ponto a ser frisado para encaminhar a argumentação: ainda que

³ Santos (2000) em seus apontamentos sobre o racismo dentro do processo de colonização brasileira demonstra que, o Brasil foi o último país a abolir a escravatura.

⁴ Segundo Martins (2008) há no mundo hoje, pelo menos 12 milhões e 300 mil cativos, os quais se encontram nas economias emergentes, que recorrem à escravidão como um instrumento de acumulação primitiva aliada à reprodução do grande capital. Em suas palavras: “um fato desalentador é o de que a escravidão não só ocorre em direta relação com a grande economia globalizada, mas também o de que as modalidades tradicionais de trabalho forçado estão se modernizando” (p.32).

considere a diversidade das famílias africanas, os historiadores tem mapeado alguns aspectos específicos e recorrentes na organização familiar dos escravos. Assim o **autoritarismo** e a **violência** da escravidão são responsáveis pela separação entre casais, pais e filhos e outros parentes e amigos provocando a perda de vínculos e crises de identidade (p. 39, grifo do autor).

Ater-nos-emos, a seguir às características dessas famílias na contemporaneidade, é válido pontuar que, apesar de supostamente não existir mais escravidão, é inegável que o século XX deixou marcas significativas de opressão e estratégias disciplinares concernentes às relações trabalhistas e familiares.

Para fundamentar tal enunciado, discutiremos a seguir, a determinadas análises de autores e pesquisadores que apresentam valiosas contribuições acerca do processo da violência intrínseco à sociedade brasileira e seus impactos nas formas de trabalho e no universo familiar.

Trabalho precarizado e violência: reflexos no cenário familiar

O extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital.

(Mészáros)

Com o intuito de discorrer sobre a precarização do trabalho⁵ na realidade brasileira como uma forma de dilaceramento do ser social e de suas relações sociais, mais particularmente as imbricadas no contexto familiar, optamos por apresentar algumas características do período inicial do século XX, para posteriormente compreendermos como essa questão está situada em pleno século XXI. Para isso, pautar-nos-emos nos estudos

⁵ Desde os germens do capitalismo, o trabalho se manifesta como dilacerante e estranho. Marx, já em 1844 em seus Manuscritos Econômicos e Filosóficos demonstra que o homem não se reconhece nas suas obras, sendo que os resultados do trabalho se convertem em produtos estranhos e hostis se voltando contra aquele que os produz (no caso o proletariado), que possui apenas sua força de trabalho a ser vendida em troca de salários ínfimos os quais não suprimem as necessidades básicas de existência.

erigidos por Rago (1997) a qual apresenta exímias contribuições sobre o processo de disciplinarização da classe operária nos inícios da industrialização dentro e fora das fábricas.

A autora em suas análises sobre a domesticação da classe operária demonstra como as classes dominantes desenvolveram e criaram vários instrumentos disciplinarizantes para o trabalhador, objetivando formar uma nova figura: o trabalhador moralizado, produtivo e dócil (FOUCAULT, 1979) aos ordenamentos do capital.

Para que esse projeto se efetivasse nas fábricas brasileiras, novos dispositivos tecnológicos de modernização e racionalização foram introduzidos. Assim, no modelo de “fábrica satânica”⁶, que degradava as condições de vida dos operários foi sendo gradativamente substituída.

Diante desse quadro, os grandes industriais e o Estado não lograram êxito em mobilizar um vasto arsenal de técnicas e conhecimento científico visando à transformação psíquica dos trabalhadores, inculcando-lhes hábitos regulares de trabalho. Destarte, para amenizar os confrontos, as lutas e resistências do movimento operário e “atestando a ineficácia das medidas punitivas e policiais de contrato da força de trabalho” (RAGO, 1997, p.19), passa-se, a partir da década de 1920 no Brasil, a vigorar uma mudança nos regimes disciplinares, almejando produzir um protótipo de trabalhador puro, sem vícios, pacífico e conformado com as novas mudanças globais e tecnológicas que passam a ser inseridas nos modos de produção.

Em contrapartida, “a nova fábrica”, alicerçada nos ideais de racionalização, da higiene e modernidade deveria constituir-se como um cenário de formação da nova figura produtiva, por meio de mecanismos mais sofisticados de dominação. No entanto, deveria também ser o espaço propício à atuação de outro modelo de patrão: agilizado, moderno, preocupado com as condições de

⁶ A fábrica satânica é uma representação construída pelos operários da Inglaterra durante o processo da Revolução Industrial, os quais a visualizavam como um lugar terrível da dominação e esfacelamento da capacidade criativa, sendo que eram obrigados a sujeitar-se aos ditames dos patrões. Assim, ela era atrelada às imagens de confinamento e prisão, espaço propício para fabricar corpos dóceis. Todavia, vale ressaltar que a reação dos trabalhadores à introdução dos novos maquinismos foi violenta, grupos organizados quebraram máquinas como forma de resistência e contestação à expropriação do saber fazer tradicional (RAGO, 1997).

saúde de seus trabalhadores, imagem essa, contrária à figura do proprietário arbitrário, ríspido e rude do passado.

O projeto da fábrica higiênica objetiva, de acordo com as pontuações tecidas pela autora, opor-se ao simbolismo da “fábrica satânica”, presente no imaginário operário. Assim, a proposta é inculcar-lhes ideologicamente um possível mundo da produção harmoniosa, onde as normas e os ritmos de trabalho seriam parte da própria natureza do processo produtivo e não mais dependeriam da mera vontade patronal de dominação.

É importante ressaltar, no cerne dessas discussões, o controle estabelecido sobre a vida, os gestos e o modo de produzir dos trabalhadores nos primórdios do séc. XX no Brasil, que não ficaram apenas dentro do lócus fabril, mas se estendeu por todo um ciclo de relações fora da fábrica, principalmente em suas relações familiares. Passa-se a difundir um modelo normativo e imaginário de famílias que se atentem a intimidade do lar, espaço este propício ao cultivo das “virtudes” e do modo de ser burguês. A casa começa a adquirir uma centralidade e se configura como um lugar altamente oportuno de formação do caráter das crianças, onde essas iriam adquirir a conduta futura da nova força de trabalho do país.

Dentro dessa projeção familiar, a mulher adquire uma extrema responsabilidade moral para o engrandecimento da nação. A ela é atribuída a função de mãe e esposa, zeladora do espaço doméstico e da saúde e higiene de seus filhos, além de ser a fiscalizadora dos horários de chegada do marido e as proibições de frequentar alguns locais considerados perniciosos, como os bares e os prostíbulos, pois os mesmos atrapalhariam os rendimentos do trabalho do dia seguinte.

O discurso médico - higienista também passa a ser exaustivamente utilizado para conter qualquer atitude dentro e fora da família com tendências desviantes. Almeja-se instituir hábitos moralizantes e costumes cheios de regras de conduta para se contrapor a qualquer tipo de manifestação de práticas populares promíscuas e sem higiene presentes no interior da habitação operária. Igualmente,

[...] na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. Nesta utopia reformadora, a superação da luta de classes

passava pela desodorização do espaço privado do trabalhador de duplo modo: tanto pela designação da forma da moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar (Idem, p.61).

Atrás de todo esse processo de desodorização, pulsa o desejo de eliminar todos e que qualquer manifestação das diferenças e as classes dominantes aliada ao apoio estatal conta com uma equipe de profissionais altamente treinados para tratar as várias manifestações da questão social presente, como casos de polícia ou problemas morais, os quais necessitavam ser ajustados, tratados ou punidos se fosse necessário. Com isso, as famílias empobrecidas, que eram alvo de todo aparato de controle e fiscalização e que possuísem algum integrante com comportamentos classificados como disfuncionais: prostituição, uso de agentes químicos, alcoolismo, práticas homossexuais, entre outras, sofriam punições de vários matizes.

Tendo em vista os apontamentos sobre a pobreza, tecidos por Yasbeck (1996), é necessário pontuar que o fato das famílias pobres ou em situação de miserabilidade serem vistas de forma banal e natural em nossa sociedade brasileira, despolitiza o enfrentamento da questão e coloca os que vivem a experiência da pobreza num espaço social definido pela exclusão. Levando em consideração que a pobreza não se reduz às privações materiais, alcançando os planos: moral, político, ideológico e subjetivo dos indivíduos submetidos aos problemas da luta pela sobrevivência num contexto altamente desigual, podemos apreendê-la como um fator preponderante para o aumento da violência em suas várias dimensões e espaços, contudo, em consonância com as idéias já destacadas, são as classes subalternas⁷ as que mais sofrem dentre desse circuito da violência.

Com o intuito de problematizar ainda mais nossas reflexões, apresentamos algumas considerações preconizadas por Morais (1995), o qual discorre sobre o processo educativo e a questão da

⁷ Um eminente estudo sobre as classes subalternas se encontra na obra de Yasbeck (1996). Ela destaca que a categoria subalterno foi escolhida para nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais. É uma terminologia embasada no legado gramsciano, possibilitando apreender um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação.

violência presente hodiernamente Ele mostra que o espectro da violência é extenso e cheio de matizes, uma vez que da violência brutal (chamada pelo mesmo de vermelha, pois normalmente é sangrenta) às violências sutis (denominadas brancas, porque são exercidas sob aparências de legalidade e pacifismo) corre uma complexa matização. Assim, a “brutalização é, quase sempre, a violência dos fracos acuados em sua miséria” (MORAIS, 1995, p.21). Já a violência dos poderosos são passadas como fria, calma, segura de si mesma, as técnicas de opressão e repressão são refinadas, discretas e extremamente eficazes.

Observa-se que muitas são as interpretações e justificativas para os fatores que contribuem para o acirramento do fenômeno da violência na história, não obstante, o desafio consiste em visualizá-lo não como resultado de um ato exclusivamente isolado (mesmo que na imediaticidade apareça). É necessário perceber como as ações violentas são objetivadas num determinado contexto sócio-histórico, econômico e cultural e, como fenômeno real e concreto, exige propostas de superação também objetivas e materiais. Sem considerar a dimensão estrutural e os seus vários elementos e artifícios que compõem e sustentam a sociedade brasileira nitidamente desigual, enveredar uma campanha contra a violência, além de ser uma alternativa paliativa, pode ser, no mínimo, uma fantasia, perdendo-se em ações abstratas, reducionistas ou messiânicas.

Se nos pusermos em campanhas contra a violência, em nome de uma não violência fantasiosa, sem que consideremos firmemente a condição paradoxal, pouco alcançaremos além de um moralismo frágil cujos contornos indefinidos derivam da perda da concepção dialética da vida (MORAIS, 1995, p. 21).

Silva (2004) também enriquece significativamente nossas elucubrações ao demonstrar, em suas pesquisas sobre a violência urbana no contexto brasileiro contemporâneo, que tal temática deve ser apreendida como um processo heterogêneo, extenso e com várias faces. Assim, ela deve ser tratada como um complexo ligado às condições sociais e históricas de uma determinada sociedade e particularizada de acordo com as condições regionais e locais. Igualmente, enfatiza o autor, que a violência dentro da realidade brasileira,

[...] deve ser explicada como um processo intrínseco à estrutura social, política e econômica, nacional e internacional, situada em uma dada época, que ao mesmo tempo, se materializa, apoiado em traços culturais (grupais e pessoais) manifestados, imediatamente no âmbito local (SILVA, 2004, p.11).

Outrossim, partindo de uma análise radicalmente histórica, é possível situar a produção e reprodução no Brasil de uma cultura da violência nascida na relação das elites com os setores populares, como salientamos acima ao mostrar os vários mecanismos construídos pela burguesia brasileira, a qual contou com o pleno apoio estatal, para manter o *status quo*. Partindo desse viés de compreensão da violência, é certo que ela faça parte do tecido social brasileiro, contando com diversas instituições inter-relacionadas como as famílias, escolas, polícia, prisões, hospitais psiquiátricos e os espaços de trabalho.

Como neste trabalho priorizamos entender melhor a dimensão da violência no cenário familiar, é importante destacar que as manifestações da violência nas diferentes famílias, principalmente as que possuem renda insuficiente para prover suas necessidades básicas de sobrevivência, é atravessada por toda uma problemática macroestrutural que se reflete no universo micro, ou melhor no cotidiano de suas vidas, em suas relações estabelecidas entre os membros de cada configuração de família. Para um melhor entendimento mais apurado sobre tal questão, a categoria mediação contribui para melhor aproximação sem perder a dimensão das particularidades existentes em suas especificidades. Por exemplo, o que no primeiro momento aparece como algo pontual e singular (violência de um pai alcoolizado, desempregado contra seus filhos ou a violência doméstica contra a mulher, entre inúmeras outras situações existentes) e que aparecem como demandas nos diferentes espaços de trabalho do Assistente Social, merecem ser analisados dentro de uma perspectiva de totalidade, sem negar a história de vida das famílias ou usuários atendidos mas também considerando aspectos presentes na universalidade: desigualdade social, ausência de políticas sociais com cunho emancipatório, desemprego estrutural, as relações de poder existente, a cultura da violência entre outros determinantes.

Destarte, o que na maioria das vezes aparece na imediatividade como situações violentas personalizadas em atos individuais e focalizadas é consequência como já destacamos nos parágrafos anteriores, de um conjunto de determinantes presentes na realidade social, como bem pondera Yasbeck (1996) em suas análises ligadas às péssimas condições de trabalho dos usuários da política da assistência social, os quais configuraram como os sujeitos de sua pesquisa “de fato, o aspecto que mais claramente delimita as condições desses trabalhadores é seu baixo nível de rendimento e suas precárias alternativas de trabalho” (p.91).

Para melhor compreender aspectos da sociedade atual e como a questão do trabalho precarizado aparece como uma forma altamente violenta e uma categoria central nas vidas das famílias empobrecidas, já que é pelo trabalho que a maioria delas garante suas formas de sobrevivência ,ater-nos-emos brevemente, a situar o impacto das mudanças nas relações trabalhistas dentro contexto societário a partir da segunda metade do século XX pelo fato de estas recentes décadas terem se constituído como palco de inúmeras transformações no padrão de acumulação do capital e nos modelos de produção.

Nesse prisma, podemos dizer que são muitos os estudos que vem sendo feitos sobre as metamorfoses presentes no mundo do trabalho. Ricardo Antunes⁸ demonstra que as profundas modificações ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho, alteraram as organizações do processo de produção e, por consequência, favoreceram novos imperativos na ordem sócio-metabólica do capital.

Com o processo de reestruturação produtiva e as alterações na esfera trabalhista, intensificaram-se os desdobramentos da questão social⁹, uma vez que propiciou a precarização nas formas de trabalho, elevando o índice de desemprego estrutural, trabalhos

⁸ Antunes (1995) traz uma preciosa contribuição acerca da problemática que envolve o trabalho na sociedade capitalista, mostrando as profundas metamorfoses que ele vem passando e discutindo a centralidade dessa categoria para os nossos dias.

⁹ Muitos foram os trabalhos realizados discorrendo acerca da questão social, todavia no presente trabalho, essa será entendida como fazendo parte “do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO, 2003, p.77).

sazonais e informais, além do desmonte dos direitos trabalhistas intensificados nestes "tempos de capital fetiche" (IAMAMOTO, 2008).

Nesse ínterim, parte-se da prerrogativa de que as famílias empobrecidas são as que mais sofrem e resistem em seu cotidiano para garantir a sobrevivência aos seus integrantes, além de muitas vezes serem alvos de diferentes formas de preconceito¹⁰, penalização e desproteção social, como bem destaca Alencar (2004),

em um contexto social marcado pelo aumento do desemprego, no qual torna-se cada vez mais difícil a obtenção do trabalho assalariado e por conseqüência, o acesso à cidadania, a família vem se tornando, talvez, quase a única possibilidade real para os indivíduos proverem as suas necessidades, principalmente diante da inoperância ou mesmo ausência de mecanismos de proteção social que levem em consideração os efeitos sociais recentes dos problemas originados da precarização do trabalho (p.63).

Igualmente, esbarram em políticas sociais focalizadas e compensatórias que, muitas vezes, não conseguem atingir os diferentes segmentos dentro de uma perspectiva emancipatória e abrangente. Então, "o que se verifica de fato é uma pauperização e uma queda crescente da qualidade de vida das famílias brasileiras" (MIOTO, 2004, p. 47).

Assim, como foi brevemente aludido, as diversas realidades familiares vão sofrendo profundas interpretações e modificações de acordo com a conjuntura social. No que diz respeito às características dessas na contemporaneidade, torna-se necessário destacar que com o processo de globalização, urbanização, revolução tecnológica, movimentos feministas, descobertas científicas, aumento da oferta de trabalho para as mulheres, exigência de maior nível de escolaridade e acesso às informações, entre outros fatores que merecem ser analisados com acuidade corroboram que é impossível se pensar em apenas um padrão e conceito de família como ideal e perfeito. Nesse sentido, diante da

¹⁰ A discussão acerca dos preconceitos formados na cotidianidade pode ser encontrada nas análises de Heller (1985). Os preconceitos servem segundo a autora, para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada.

heterogeneidade existente, observa-se conforme ratifica Miotto,(1997) acerca desta questão.

A família pode ser definida com um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura na qual está inserida (p.120).

Em suma, após as exposições acima, é possível entender os inúmeros determinantes e desafios existentes neste novo século para a compreensão do fenômeno da violência e a repercussão desta problemática no que tange ao universo familiar. Percebemos que a violência ainda é necessária para manter o “*status quo*”, conforme retrata Saffioti (2004) em seus estudos sobre gênero, patriarcado e violência, todavia, “isto não significa adesão ao uso da violência, mas uma dolorosa constatação” (p. 139).

Não obstante, para ampliar os nossos olhares em relação a esta questão, precisamos visualizar a violência como uma categoria transversal presente em vários aspectos da vida cotidiana e que se manifesta em múltiplas expressões, contando com eficientes tecnologias sociais para sua hegemonia. Sendo assim, não poderíamos realizar nossas considerações finais, sem citar a brilhante frase de Engels (1996) quando mostra que “toda a história se pode reduzir à sujeição do homem pelo homem” (p. 168) e deixa nítido que a violência é apenas o meio utilizado pelas classes dominantes nos diversos períodos da história, enquanto a vantagem econômica é o fim.

Nesse sentido, idealizar uma sociedade sem violência na qual prevaleça os princípios de respeito, dignidade e eliminação de todas as formas de preconceitos, como está preconizado nos princípios do Código de Ética do assistente social de 1993, urge que lutemos para a construção de uma nova ordem societária. E, nessa trajetória, o Serviço Social, bem como todas as profissões que atuam com a vida humana, deverão fazer parte.

NEVES, M. S.; SOARES, A. C. N. S. Precarization of the work in Brazil and its consequences in the family scenery: the historical marks of violence. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 1, p. 136-153, 2009.

ABSTRACT: The aim of the present article is to accomplish some reflections concerning the precariousness of the work in Brazilian reality and its impacts in the family context. It is observed that the theme of violence, for constituting as a social compound, crosses different instances of the social life. This theoretical rehearsal intends to discuss it, correlating it with the theme of the families. It is noticed that the family situation in the current conjuncture, has been having several interpretations and conjectures. The challenge consists of apprehending such a discussion ruled in the social reality, approximating of a totality perspective, which makes possible to enlarge the understanding that reality, for being the synthesis of several determinations, is in constant change

KEYWORDS: work. families and violence

Referências

- ÁLVARES, L. C. *Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba-MG*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social- UNESP, Franca, 2003.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho - ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARIES, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, 1981.
- CALDERON, A. I; GUIMARAES, R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.46, dez. 1994.
- CARVALHO, M. C. B. (Org.) *A família contemporânea em debate*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CARVALHO, L. Famílias Chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.57, jul.1998.
- CARDOSO, F.G. *Organização das Classes Subalternas: um desafio para o Serviço Social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CFESS, Lei nº 8.662 de 1993 - *Código de Ética do Assistente Social*. 4. ed. Brasília (DF): Câmara Brasileira do Livro, 1997.

CHINALLI, I. G. *De volta ao Lar? Trabalho Feminino e Globalização*. Tese (Doutorado em Serviço Social) São Paulo: PUC, 1997.

CORREA, M. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, M. S. K. et al. *Colcha de Retalhos - Estudos sobre a Família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.15-41.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Teoria da Violência. In: NETTO, J.P. (Org.). *Política*. Rio de Janeiro: Ática, 1996. p 164-188.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, M.D. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed., São Paulo: Contexto, 2001, p. 141-188.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GUEIROS, D. A. A Família e proteção social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 71, 2002.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, O. *A era do globalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IAMAMOTO, M.V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico - metodológica*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. 6. ed. São Paulo : Cortez, 2003.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social - Ensaios Críticos*. 2. ed, São Paulo: Cortez, 1994

_____. *Serviço Social em tempo de capital Fetiche*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) *Família Brasileira, a base de tudo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Tradução de Reginaldo Sant`Anna. 6. ed. Rio de Janeiro, 1980. Livro 1.
- _____. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- Mészáros, I. *O Século XX I- socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2006.
- MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 55, p. 114-129, 1997.
- _____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. In: SALES, I. et al (org.) *Política Social, Família e Juventude - uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MORAIS, R. *Violência e Educação*. Campinas. São Paulo: Papirus, 1995.
- NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) *Família Brasileira: a base de tudo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, Brasília; UNICEF, 1998, p. 26-46.
- PEDRO, J.M. Mulheres do Sul. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.p.278-321.
- RAGO, L. *Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890 a 1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SAMARA, E. N. *A Família Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTOS, J. R. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SILVA, L. M. R. *Serviço Social e Família: A legitimação de uma ideologia*. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, M. O.da S. (Coord.) *O Serviço Social e o Popular - resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, J.S. *Os Justiceiros e a Violência Urbana*. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHONS, S. M. *Assistência Social entre a Ordem e a "Des - ordem"*. São Paulo: Cortez, 1999.

SOIBET, R. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 362-400.

SOARES, A. C. N. *Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico*. Tese (Doutorado em Ciências, Área: Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.

SPOSATI, A. A. *Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão de análise*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SZYMANSKI, H. Viver em Família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 71, p. 9-25, 2002.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão em Família. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 55, p. 74-83, 1997.

YASBEK, M. C. *Classes Subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1996.

Artigo recebido em 01/2009. Aprovado em 02/2009.